

ADIDOS TRABALHISTAS E LÍDERES SINDICAIS NORTEAMERICANOS NO BRASIL 1943 - 1952

*LABOUR ATTACHÉS AND AMERICAN LABOUR LEADERS IN
BRAZIL 1943-1952*

*ADIDOS LABORISTAS Y LÍDERES SINDICALES
NORTEAMERICANOS EN EL BRASIL 1943-1952*

Eduardo José Afonso¹

Resumo: Este trabalho analisa documentos restritos e secretos do Departamento de Estado norte-americano, principalmente os Relatórios “Mensais do Trabalho”, relatórios do FBI, da CIA e do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, e procura descrever a ação dos Adidos Trabalhistas Americanos e Ingleses no Brasil, no período de 1943 a 1952, como elementos-chave na política externa dos Estados Unidos, direcionada à possível intervenção em assuntos internos brasileiros. O presente estudo destaca, igualmente, a tarefa de líderes sindicais norte-americanos, ligados à Federação Americana do Trabalho e ao Departamento de Estado - em visita ao Brasil no período descrito -, no intento de obter a cooptação de líderes sindicais brasileiros para a associação na formação de uma grande Central Sindical Mundial, cujo intuito era o controle do movimento operário do Brasil e de outros países sob sua influência.

Palavras-chave : Adidos Trabalhistas; movimento operário; relações internacionais FBI; CIA.

Abstract: This work is based on the analysis of restricted and secret documents from the State Department of the United States, mainly the Monthly Labor Reports , Reports from FBI, CIA and from the Labor Department of the United States. This study tries to describe the action of the American and British Labor Attachés in Brazil, from 1943 to 1952, as a key element in the American foreign policy towards the possible interference in the internal affairs of Brazil. At the same time this study highlights the work of the labor's leaders of the American Federation when they visited Brazil, in that period, to convince the Brazilian Labor leaders to join a World Federation of Labor, whose intention was to control the Brazilian Labor Movement.

Keywords : Labor Attachés; Labor Movement; International Relations; FBI, CIA.

Resumen: Este trabajo analiza los documentos restrictos y privados del Departamento del Estado norteamericano, principalmente de los informes mensuales

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Assis, São Paulo, Brasil.
E-mail: eduafonso@assis.unesp.br

“del trabajo”, de los informes de FBI, de la Cia y del departamento del trabajo de los Estados Unidos, y busca describir la acción de los adidos laboristas americanos y ingleses en el Brasil, en el período de 1943 hasta 1952, como elemento-llave en la política externa de los Estados Unidos, dirigida a la intervención posible en asuntos internos brasileños. El actual estudio destaca, igualmente, el trabajo de los líderes sindicales norteamericanos pertenecientes a La Federación Americana del Trabajo y al Departamento del Estado - en visita al Brasil en el período descrito -, e su intención de cooptar los líderes sindicales brasileños para la asociación a una Gran Central Sindical Mundial en formación, cuya intención era el control del movimiento de la clase obrera del Brasil y de otros países bajo su influencia.

Palabras-clave: Adidos Laboristas; movimiento de la clase obrera; relaciones internacionales; FBI; Cia.

Quando os Estados Unidos entraram na Guerra, em 1941, seu Departamento de Estado já possuía um sistema complexo e eficiente de espionagem e comunicação internacional. A edificação desse sistema, que contaria com agências especiais de inteligência, teria suporte, também, de homens da “inteligência”. Pensados pelo governo norte-americano desde a década de 30 eles seriam os Adidos Trabalhistas.

Os EUA que adotaram mais uma vez - como havia feito na Primeira Grande Guerra, até 1917 - a “política da neutralidade”, esperavam, desde o início da Segunda Guerra, 1939, o desenrolar do conflito, até que pudessem adotar uma postura beligerante. Assistindo o desenrolar dos fatos na Europa e na Ásia, continuavam a manter suas relações diplomático-comerciais, até que decidisse a entrada, ou não na guerra. Enquanto ganhava com os dois lados desenvolvia um trabalho de inteligência e/ou espionagem na Europa, na Ásia e na América inclusive.

Dois fatos aceleraram a decisão norte-americana de entrar no conflito, a partir do início da década de 40: o Ataque a Pearl Harbour e a entrada da URSS na guerra.

O ataque a Pearl Harbour serviria para envolver a opinião pública norte-americana a aceitar a entrada do EUA na Guerra, já que esta, devido a política de neutralidade, não identificava o conflito como seu. O ataque, oficialmente descrito pela imprensa norte-americana e Ocidental, como uma traição, acendeu os ânimos patrióticos dos cidadãos do EUA, que se prontificaram a lutar pela sua Pátria contra o nazi-fascismo numa guerra que, até aquele momento, não era identificada como sua. Não devemos esquecer que a declaração de guerra não foi feita apenas para o Japão e sim para o Eixo, ou seja, para a Alemanha e Itália.

A entrada da URSS no conflito também alarmou Washington. Se por um lado eram aliados na luta contra o Eixo, por outro, representavam perigo `as pretensões norte-americanas, não tanto puramente comerciais,

mas hegemônicas. O exemplo soviético junto à classe operária do mundo e sua luta encarniçada contra o Nazismo, era um modelo para o mundo dos trabalhadores em todo o planeta. Era necessário, segundo os “policy-makers” da capital americana, construir uma estrutura que permitisse a evidência do domínio do EUA e que garantisse seu controle sobre o hemisfério Ocidental.

A postura adotada pelo Departamento de Estado, em destacar a posição do EUA, tanto no conflito quanto no mundo, a partir daquele momento, levava-o a tentar cercar todas as possibilidades de expansão do socialismo e deter a influência soviética, que simpática aos olhos dos operários do mundo, servia como representantes de seus anseios. Adidos Trabalhistas cumpririam papel importante nesta estratégia.

O programa de Adidos Trabalhistas, criado em 1943, foi planejado pelo Departamento de Estado para controlar o movimento operário nos países em Guerra, inimigos e aliados, e intervir em assuntos internos desses mesmos países.

O intuito do programa era o de cercar pretensões de grupos de trabalhadores que, ligados a partidos de esquerda, almejassem o poder político. Durante e após a Segunda Guerra, embaixadas do EUA passaram a contar - no Brasil e no mundo - com Adidos Trabalhistas. Estes agentes, lotados nas embaixadas americanas, apresentavam relatórios mensais secretos a Washington, com informações detalhadas, sobre o número de trabalhadores empregados, sindicatos organizados, leis trabalhistas, ocorrência de greves, e até a ação dos partidos de esquerda dentro de sindicatos, fábricas e reuniões, além de palmilharem as ações de sociedades civis que representassem “perigo vermelho”.

O Departamento apoiava ações de interferência indireta em sindicatos e agremiações políticas assim como em sociedades de bairros, organizações, em diversos países. Os Adidos Trabalhistas examinavam a vida dos operários, estabelecendo contatos com sindicalistas “pelegos” que desestabilizariam a política sindical. Era uma das estratégias destes agentes para manter o movimento operário sob controle, evitando um grau “perigoso” de independência ou a cooptação pelas forças soviéticas.

Os Adidos Trabalhistas – 1943-1952

Este recorte temporal refere-se à primeira etapa do programa de Adidos Trabalhistas no mundo. Cada embaixada do EUA recebia um Adido, que na realidade, não era funcionário da representação americana, ou seja, não fazia parte do corpo diplomático oficialmente. Era um elemento enviado pelo Departamento de Estado e somente a ele devia prestar contas.

A partir de 1943 até 1952, primeira fase do programa, o Brasil contou com, quatro Adidos Trabalhistas. A análise de seus Relatórios Mensais e da correspondência trocada entre eles e o Departamento de Estado, nos mostra que tinham circulação livre no Brasil, podendo visitar sindicatos e agremiações de operários, participar de reuniões e convenções sindicais, além de colaborar para afastar da direção dos sindicatos “elementos de esquerda”.

Estes representantes do corpo consular eram recebidos por autoridades brasileiras sem entraves. Ministros do Trabalho e até pelo presidente da República, que os recebia em gabinete e oferecia-lhes informações, que eram enviadas por Telegramas a Washington, no mesmo dia.

A análise de documentação encontrada nos arquivos do Departamento de Estado, CIA, FBI, Secretaria do Trabalho e na Biblioteca do Senado, nos dão conta do perfil destes funcionários. Quem eram eles e por que eram escolhidos?

Pois bem, a ideia de enviar representantes do EUA a países estrangeiros para vivenciar as realidades dessas nações, principalmente, os da América Latina, surgiu um pouco antes da política da Boa Vizinhança, de Franklin Delano Roosevelt. Esses agentes, portanto, não tinham nenhuma ligação com os assuntos trabalhistas. Ocorre que este, poderíamos dizer, prólogo do Programa, já dava, ao Departamento de Estado uma noção do trabalho de análise das “outras realidades”. A partir do início do Programa de Adidos Trabalhistas, portanto, durante a Guerra, a estrutura que já havia sido montada no período da *Política da Boa Vizinhança* serviu para uma nova realidade. Primeiro o trabalho de inteligência, já que o EUA estava na Guerra e, segundo, a análise e levantamento das realidades que se construíam durante o conflito. Neste sentido, naquele momento, os agentes deveriam ser escolhidos com muito critério. No início eram homens – porque o Programa não empregou mulheres – ligados a questões econômicas, formados nas melhores universidades americanas e destacados como alunos de excelência, ou funcionários graduados do governo e que ocupassem postos de destaque. Todos, indiscriminadamente, só seriam indicados para o cargo se fossem cidadãos norte-americanos

Durante a Guerra, ou seja, no início do Programa, foram indicados pelo Departamento de Estado, para a função de Adidos Trabalhistas, homens na faixa dos 36 a 55 anos, indivíduos fora da reserva militar, por razões óbvias. No período em análise – 1943-1952 – 70,5% desses agentes tinham entre 31 a 45 anos. Naquele momento não era necessário que estivessem ligados diretamente ao movimento operário norte-americano. A necessidade viria com o final da guerra.

Na segunda fase do Programa, ainda no período de recorte, cidadãos comuns passaram a ser escolhidos. A condição era que estivessem ligados ao

Movimento Sindical norte-americano e, a documentação indica, provenientes de regiões de grande concentração industrial. A decisão pela escolha, entre tantos elementos ligados ao movimento operário, era a de que estivessem, de alguma maneira ligados a assuntos internacionais, principalmente aqueles que fizessem referência à troca de experiências entre sindicatos norte-americanos e estrangeiros.

É preciso destacar que a política do Departamento de Estado adotada no início do Programa, esteve dividida em duas fases. A primeira, que vai de 1943 até o fim da Guerra, quando os Adidos trabalhavam auxiliados, vez por outra, pelos embaixadores e cônsules, e a segunda que envolve o período de 1946 até 1952, quando o Departamento mudou sua tática, aproximando-se, de início não oficialmente, das grandes centrais sindicais norte-americanas. Isto indica a necessidade, em termos estratégicos, de ter certo controle sobre o movimento operário no mundo, já que o plano pensado pelos “policy-makers” passava, necessariamente, pela criação de uma Grande Central Sindical Mundial, que tivesse controle de todo o movimento operário.

Como dissemos, não era eticamente viável, junto à opinião pública norte-americana, que o governo estabelecesse uma ligação com as Centrais Sindicais do EUA. Isto poderia representar, para os cidadãos estadunidenses, uma interferência nos assuntos trabalhistas, que não caberia num país democrático. Esta postura somente teria coloração diferente, quando, os Partidos Comunistas foram extintos, a partir de 1948. Como sabemos o início da Guerra Fria, no ano de 1947, se dá com o discurso de Churchill, no EUA, propondo o combate ao “perigo vermelho”. Diante disto justificava-se a “limpeza” nos Sindicatos e Centrais de Trabalhadores, no Hemisfério Ocidental e, portanto, a aceitação, mesmo que limitada, de aproximações do governo com os Sindicatos.

Apesar de eficiente, o trabalho dos Adidos passou a demandar novas estratégias a partir de 1946. Finda a Guerra, os articuladores políticos apresentavam outros planos para a América Latina. Os países latino-americanos voltariam a ser abastecedores de matérias-primas enquanto o EUA, fornecedor de produtos industrializados. A execução desses planos passava, pelo controle da produção industrial dessas nações – como o Brasil –, e pelo cerceamento de movimentos nacionalistas e “liberdades” não toleradas, que pusessem em risco os caminhos traçados por Washington.

Caminho dos relatórios

Antes de descrever a ação dos Adidos no Brasil, interessante e esclarecedor será avaliar de que maneira estes relatórios cumpriam sua função, ou seja, como e qual era o caminho percorrido por eles para que atingissem seus objetivos. Havia, como é de praxe, um percurso trilhado por estes

dados que, saindo das embaixadas do EUA, no mundo, chegavam até a mesa do secretário de Estado e dela eram direcionados para o presidente norte-americano, que tomava as devidas providências ou planos de ação que tinham como intuito a interferência em assuntos particulares desses países “avaliados”.

Sabemos, como nos descreve Robert Elder que após a Guerra a política externa do EUA passou por reformulações adotando uma tática mais agressiva:

Como o papel externo americano mudou abruptamente da passividade para a mais direta aproximação intervencionista, líderes do governo descobriram que a implementação de uma política externa requeria quatro principais tipos de ação positiva : política militar, econômica e de informação (ELDER,1960, p.10)

O que se percebe pelas palavras de Elder é que o Departamento de Estado deixou de ser, a partir daquele momento, apenas um de Departamento de Serviço Estrangeiro do EUA, para ser o grande articulador dos interesses norte-americanos no mundo.

Ainda, segundo Elder, o Departamento passou a contar com 6.500 funcionários na capital e em Nova York, gerenciava 277 postos no exterior que empregavam 6.100 cidadãos norte-americanos e cerca de 9.400 funcionários estrangeiros. A “*Division of Communications Services*” do Escritório de Operações do Birô de Administração era responsável pela logística de funcionamento da comunicação do Departamento com o exterior. O Departamento recebia do exterior, em tempos normais, por dia, uma media de 419 telegramas, 813 despachos e memorandos de operação e enviavam 1.522 comunicações por telegrama e mala diplomática. No ano de 1958, ainda segundo Elder, 7.500.000 palavras por mês eram enviadas, da sala de telegramas do Departamento.

O Secretário de Estado e seu assessor chegavam a receber 110 chamadas telefônicas externas, 340 internas, 60 cartas solicitando providências, 45 documentos de solicitação de informação, 35 ofícios para decisão e 25 solicitações de entrevistas, por dia.

Como podemos perceber, a estrutura do Departamento, após o termino do conflito, como querem muitos historiadores norte-americanos, tornou-se bastante profissional. Era preciso que as informações fluíssem sem entraves para que as providências, como já destacamos, ligadas aos interesses norte-americanos no exterior, não tivessem entraves.

Era, temos de evidenciar, na *country desk*, ou seja, uma seção do Departamento de Estado, que começavam a ser pensadas as ações que redundariam em interferências do EUA no mundo. Aí estavam os “policy-makers”, ou melhor, os “fazedores de políticas”, eram eles que recebiam, por

exemplo, entre outros documentos, os MLR (Monthly Labor Reports) , ou melhor, os Relatórios Mensais Trabalhistas. Esta seção era, por sua vez dividida em cinco birôs regionais. O dos Assuntos Europeus, Orientais, Oriente Próximo e sul da Ásia, assuntos interamericanos (aqui estava o Brasil) e, por fim o de assuntos africanos.

Cada funcionário desses birôs era municiado, não só por documentos diplomáticos e secretos, enviados das embaixadas, mas, também, por *clippings* com recortes de jornais e últimas notícias oficiais dos países aos quais ele era responsável. Todos os dias o mesmo lia as notícias oficiais e extraoficiais dessas nações, recebia relatórios e documentos das embaixadas e selecionava o que era mais importante para ser enviado ao Secretário de Estado, que por sua vez, despachava ao presidente. Apesar da importância desse funcionário, o “*country desk officer*”, reforçamos a ideia de que o elemento primordial dentro desta cadeia toda, ainda era o Adido Trabalhista, já que este era o elemento que selecionava e levantava tudo sobre o país em destaque e direcionava , dando opiniões, a postura da mesa, em Washington.

No caso dos relatórios produzidos pelos Adidos Trabalhistas no Brasil, o caminho era este:

O MLR eram redigidos na embaixada e enviados ao Embaixador, que depois de lê-los, os enviava aos conselheiros econômicos ou políticos e , em seguida despachados para o Departamento de Estado, em Washington. Se o assunto era urgente, os relatórios podiam ser precedidos de telegramas. No Departamento de Estado, estes documentos eram recebidos pela *Division of Central Service* e de lá distribuídos para o *Bureau of Inter-American Affairs*. Nesta seção eram entregues ao “*country desk officer*”, no nosso caso, funcionário que tratava, exclusivamente do Brasil. Este funcionário, depois de estudar o documento enviava-o , em memorando, levantando algumas questões que eram lidas e discutidas pelo Diretor do Escritório, para ser enviado, posteriormente ao Assistente de Secretário de Estado, que depois de analisá-lo o enviava ao Sub-Secretário de Estado ou ao Secretário, que tomava providências, quanto aos planos de ação, depois de discutir com o Presidente da República.

Adidos Trabalhistas no Brasil

Os quatro Adidos Trabalhistas que ocuparam a função - entre 1944-1952 - na embaixada norte-americana no Brasil, foram, por ordem : Edward Joseph Rowell, Livingston D. Watrous , Henry Sweizer Hammond e Irving Salert .

O trabalho dos Adidos , como destacamos, era de inteligência. A estrutura de ação que envolvia segredo e espionagem e que havia sido desenvolvida durante a Guerra, foi mantida após o conflito e, no Brasil, não

foi diferente. De junho de 1944 até fins 1952, ano da mudança de diretriz pelo Departamento de Estado, foram produzidos 53 Relatórios Mensais, 4 Anuais e 3 Trimestrais, além de uma dezena de Relatórios esporádicos.

Edward J. Rowell foi o primeiro Adido e o mais eficiente deles. A escolha de seu nome pautou-se, naquele momento, por sua formação e excelência. Diplomou-se na Universidade da Califórnia, em economia e aos 31 anos já havia alcançado seu PhD. Era casado, tinha dois filhos e foi escolhido, nominalmente, como Analista Sênior de Economia para trabalhar na Embaixada do EUA, no Brasil. Chegou ao Rio de Janeiro em 1944 e permaneceu no cargo até 1948, colaborando eficazmente, com informações precisas e opiniões importantes que subsidiariam o governo americano, com dados relevantes, a respeito de caminhos que sua política externa deveria seguir com relação ao Brasil e ao movimento operário. Sempre desempenhando, na realidade, a função de Adido Trabalhista, apesar de sua nomeação primeira.

A compreensão da importância que estes Relatórios tiveram na ação de intervenção norte-americana em nossos sindicatos e no movimento operário, passa, necessariamente, pela análise dos documentos, que eu chamaria de adjacentes, ou seja, o MLR era enviado para Washington e lá, como demonstramos, era analisado. Muitos eram os memorandos e despachos que ele demandava, portanto, a análise não deve recair somente sobre os Relatórios e sim sobre todos os argumentos que foram produzidos, desde sua saída do Brasil até a chegada a mesa do Presidente do EUA e a ação determinada em seguida.

A análise de documentos diplomáticos secretos é complicada e merece muito critério, porque estes mesmos documentos devem ser examinados, num contexto e num conjunto, sob a pena de termos, se não tomarmos este cuidado, uma visão parcial dos acontecimentos que redundaram na interferência norte-americana no Brasil, como já destacamos.

A mudança de estratégia

A partir do ano de 1951, o Departamento de Estado escolhe, para o cargo de Adido Trabalhista, no Brasil, o cidadão norte-americano Irving Salert. Isto nos permite perceber – diferentemente das outras indicações como a de Rowell, Watrous e Hammond, que nesse momento, a partir dezembro daquele ano, que não era mais preciso disfarçar a união do Departamento de Estado `as grandes centrais sindicais Americanas, AFL e CIO no projeto de envolvimento norte-americano nos Sindicatos brasileiros. Salert era membro das duas centrais e esteve sempre ligado ao movimento operário norte-americano.

A indicação de um elemento ligado diretamente ao movimento operário norte-americano põem em evidência a necessidade premente do projeto em cooptar líderes trabalhistas brasileiros para sua causa.

A mudança de estratégia ocorre, principalmente, no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra. Naquele momento o Departamento havia preparado estratégia única para a América Latina. Propunha “aberturas políticas”, fazendo acordos com grupos liberais em cada nação, fomentava a independência do movimento operário através da formação de sindicatos livres e apoiava movimentos sociais de reivindicação por transformações democráticas.

Os ventos democráticos patrocinados pelo EUA influenciavam os movimentos sociais e de trabalhadores. Washington não queria que essa grande massa trabalhadora, entusiasmada pelos partidos comunistas - com grande espaço - adotasse uma postura mais à esquerda, caindo na área de influência da CTAL *Confederación de Trabajadores de América Latina*. Esta Central, com sede no México, fundada em 1938, era liderada por Vicente Lombardo Toledano, que ligado ao Partido Comunista conclamava a todos os trabalhadores latino-americanos que se filiassem a ela de maneira a combater o poder do EUA. As forças políticas que surgiam no pós-guerra punham em risco os planos do Departamento de Estado.

A liberdade propiciada pelas autoridades brasileiras aos Adidos Trabalhistas não surtia o efeito desejado por Washington. Todas as tentativas de cooptar as lideranças sindicais e operárias para a “causa americana” esbarravam no controle, do governo brasileiro, sobre o movimento operário e na influência do PCB. Diante deste fato, os articuladores políticos propuseram uma aproximação – secreta e não oficial – entre a AFL Federação Americana de Trabalho e o Departamento de Estado. Esta aproximação tinha como intuito a soma de forças, no combate aos comunistas, e na construção da independência dos sindicatos e do operariado, tutelados pelo Estado brasileiro.

A estratégia pensada pelo Departamento de Estado para o Brasil teve subsídios, ainda em 1946, do Adido Edward Rowell que, em contato com o Embaixador do EUA no Brasil, Willian Pawley, propunha a concentração de forças no combate aos comunistas com o envio de representantes de sindicatos norte-americanos ao Brasil. A organização da visita desses representantes contou com o apoio e a influência de Cecil Cross, embaixador do EUA em São Paulo. Cross, em telegrama confidencial, pede que fossem enviados de imediato, também, trabalhadores brasileiros e líderes sindicais ao Estados Unidos, lembrando que, em hipótese nenhuma aparecesse a participação do governo norte-americano no financiamento desse plano²

Líderes sindicais norte-americanos foram enviados ao Brasil pela AFL subsidiados pelo Departamento de Estado. Serafino Romualdi – representante da central norte-americana e ex-agente da OSS (*Office of Strategic Services*), futura CIA - era o articulador do programa de cooptação dos tra-

² Telegrama confidencial do Embaixador Pawley ao Secretário de Estado, nº 1255, de 12/07/1946. RG84-Box 370 – 850.4. DS/USNA.

balhadores latino-americanos. Pretendia-se conquistar o apoio de lideranças sindicais ao projeto norte-americano e da AFL. Esta propunha a formação de uma Central Única de Trabalhadores de toda a América.

Romualdi contou com o apoio total do Departamento de Estado. Muitos foram os memorandus despachados pelas malas diplomáticas para os países latino-americanos que deveriam ser visitados por ele. A orientação é que suas representações diplomáticas o recebessem muito bem. O plano era uma estratégia do “Free Trade Union Committee” que organizava um combate visceral contra a CTAL. O “tour” como foi designado pelo próprio Serafino Romualdi teve a duração de 12 semanas e neste espaço de tempo pode percorrer a Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Brasil, Peru, Equador, Colômbia e México³

Além do trabalho de Romualdi, no Brasil e nesses outros países da América Latina, encontramos, também, um pesquisador do movimento operário, o norte-americano Robert J. Alexander, que, às expensas do Departamento de Estado, conduzia uma “pesquisa de campo”, na região. Do Caribe à Patagônia, levantou todas as informações possíveis relacionadas às organizações operárias e ao movimento dos trabalhadores.

Enquanto Alexander subsidiava o Departamento de Estado com informações precisas sobre o movimento operário latino-americano, compiladas com metodologia científica, Serafino Romualdi, em várias viagens, tentava conquistar grandes espaços no cenário operário latino-americano.

É preciso destacar que tanto Robert Alexander quanto Romualdi, somente tiveram certo êxito porque puderam contar com o acesso aos relatórios desses Adidos Trabalhistas. Estes ainda tornaram-se elos de ligação entre os líderes sindicais e esses “visitantes”.

Serafino Romualdi, esteve no Brasil, três vezes, conversando com líderes sindicais a respeito da filiação brasileira à AFL e rechaçando a união de centrais sindicais latino-americanas à CTAL, chefiada por “um comunista”, que para Washington era um líder comunista ligado a URSS e que combatia a ação da AFL denunciando-a como um braço do Departamento de Estado.

A documentação secreta norte-americana aponta a ligação de Romualdi com o embaixador norte-americano William D. Pawley e com o Cônsul dos EUA em São Paulo Cecil Cross⁴. Apesar dos comentários do cônsul assegurando que a visita havia sido um sucesso, o projeto da AFL e Departamento de Estado, na cooptação dos operários brasileiros para a “causa americana”, não se concretizou como o esperado.

³ ROMUALDI, Serafino. *Presidents and Peons. Recollections of a Labor Ambassador in Latin America*. New York: Funk & Wagnalls. 1967. Pag. 41-42.

⁴ Aerograma enviado ao Departamento de Estado às embaixadas “Certain American Diplomatic Officers in the other American Republics”, em 11/06/46. RG84 Box 370 – 850.4 DS/USNA e Carta nº 198 (Restrita) de Clarence C. Brooks para Cecil M.P. Cross, vistada por Edward J. Rowell, de 28/06/1946. RG84 Box 370 – 850.4.DS/USNA

A partir de 1950, depois de muito tentar, o Departamento de Estado conseguiu que as duas principais e maiores Centrais Sindicais do EUA sentassem a mesa de negociação para que fosse possível uma fusão. A aproximação entre a AFL e a CIO - Congresso das Organizações da Indústria, e o apoio de Washington, permitiu a formação da “Confederação Interamericana de Trabalhadores”, cujo intuito era a de representar a união dos trabalhadores de toda a América. A Reunião da CIT em Janeiro de 1951, no México, criou a “Organização Regional Interamericana de Trabalhadores” (ORIT). O presidente foi indicado por Romualdi. Para que não fosse identificada a influência norte-americana nesta organização o escolhido foi um cubano Francisco Aguirre. A ORIT teria sede em Havana. Serafino Romualdi foi indicado secretário assistente das relações internacionais e de Educação. O que se viu, na realidade a partir daquele momento é que a AFL/CIO dominariam o cenário da ORIT.

O governo norte-americano apoiava o envio de representantes de todos os trabalhadores das Américas para a ORIT, ocorre que no Brasil, o movimento operário era tutelado pelo Estado e que, em muitas ocasiões os planos de Washington esbarravam nos de Getúlio Vargas.

O relatório de Irving Salert, o primeiro após sua indicação, destaca que Getúlio Vargas, desejava indicar José Segadas Vianna, ministro do Trabalho e do PTB, para presidência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - e contava com o apoio do EUA para isto - por isto pressionou o Congresso Brasileiro, pela aprovação da *lei de filiação*⁵, que interessava aos planos de Washington. Salert afirma que o ministro teria dito a ele já ter falado com Vargas e que o mesmo concordara que o Brasil se filiasse ao ORIT. A lei permitindo a filiação de organizações sindicais brasileiras a órgãos estrangeiros foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Getúlio em 16/07/1952, lei nº 1646.

Apesar da resistência de Vargas às pressões norte-americanas, desde o início de seu segundo mandato, o Departamento de Estado pôde mudar sua tática a partir da lei 1646. Muitos elementos colaboravam para que Washington não temesse mais a perda do controle sobre o movimento operário na América Latina. Desde 1951, com a formação da ORIT e a aproximação das duas centrais sindicais, os articuladores políticos já podiam “respirar” aliviados. Os Comunistas e seus simpatizantes já haviam sido expulsos das associações trabalhistas e do cenário político brasileiro, os líderes nacionalistas tinham sido taxados de comunistas e afastados dos sindicatos e do seio do movimento operário. A CTAL, sem apoio da CIO, estava enfraquecida. O governo norte-americano havia feito acordos com líderes políticos anti-comunistas e apesar de não terem ainda, naquele momento, conseguido a tão almejada mudança na lei trabalhista, que permitiria a formação de uma

⁵ Lei que permitia a representantes dos sindicatos brasileiros sua filiação à ORIT.

Central Nacional de Trabalhadores Brasileiros, tinham conseguido, a lei de Vargas que consentia a filiação de organizações sindicais nacionais à ORIT – dominada pelos estadunidenses. As portas dos sindicatos estavam abertas à influência norte-americana.

Referências

AFONSO, Eduardo José. **Para Norte-americano Ver**: Adidos Trabalhistas e operários brasileiros (1943/1952). 2011. 366f. Tese de doutorado em História Social, FFLCH-DH-USP, São Paulo, 2011.

BANDEIRA, Moniz. **A Presença dos Estados Unidos no Brasil** (dois séculos de História) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BERLE, Adolf A. **América Latina**: diplomacia e realidade. Rio de Janeiro: Record, 1963.

FRENCH, John. “The Robert J. Alexander Interview Collection”. **Hispanic American Historical Review**, May 2004; 84,

FISZMAN, Joseph R. The Development of Administrative Roles: The labor Attaché Program of the U.S. Foreign Service. **Public Administration Review**, Vol. XXV, September 1965 number 3.

MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil**. A penetração cultural Americana. 4a.ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROMUALDI, Serafino. **Presidents and Peons**. Recollections of a Labor Ambassador in Latin America. New York: Funk & Wagnalls. 1967.

SCHLESINGER, Arthur M. Jr. (gen.editor). **The Dynamics of World Power**: A Documentary History of United States Foreign Policy, 1945-1973, 5 vols., New York: Chelsea House Pub., 1973. Vol.3: Latin America. Pag. XIX.

SIMS, Beth. SIMS, Beth. **Workers of the World Undermined**: American Labor’s Role in U.S. Foreign Policy. Boston: South End Press. 1992.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação a América Latina , Bauru: EDUSC, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WELCH, Clifford Andrew. **Internacionalismo trabalhista**: O envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros, 1945-1964. São Paulo: Perseu Abramo. História, Memória e Política v.2, no.3, p.185-219, 2009.

DOCUMENTOS OFICIAIS NORTE-AMERICANOS E INGLESES

Documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América
Central Decimal Files, **Record Group 59** (1940-1955)

Post Files, **Record Group 84**, Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e Consulados dos Estados Unidos em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Bahia, Brasil (1944 – 1955).

RG 299 – Office of Inter-American Affairs – Records of the Department of Information Regional Division Coordination Committee for Brazil.

United States National Archives de Washington D.C. e College Park, MD, USA

Relatórios Secretos da O.S.S. – Office of Strategic Services

State Department Intelligence and Research Reports - Latin America - 1941-1961

Brazil - “Reel VI - CEDEM - UPA - University Publications of America.

Documentos diplomáticos norte-americanos - RG59 Departmente of State - AEL-UNICAMP

Documentos Diplomáticos referentes a política externa Norte-Americana na América Latina – Cuba, Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Costa Rica

United States Department of State / Foreign relations of the United States : diplomatic papers, 1944. The American Republics (1944). University of Wisconsin Digital Collections.

Documentos da AFL – 1943 - 1955 - Joel Lovestone e George Meany Papers - The George Meany Memorial Archives in the National Labor College, em Silver Spring, MD, USA.